

# **O ESTADO BRASILEIRO E AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO MEIO RURAL: UM ESTUDO A PARTIR DO RN**

**Débora Amélia N. de LIRA**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
deborandelira@yahoo.com.br

**Antônio Lisboa L. de SOUZA**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
lisboaleitao@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho visa discutir a configuração que o ensino rural tem assumido na sociedade brasileira, especialmente no RN, no cenário de expansão do Estado Brasileiro. Fazemos uma análise a partir dos dados estatísticos referentes à educação escolar de dois grupos etários: 10 anos ou mais idade e 15 anos ou mais idade (Brasil, Regiões e o RN), destacando o tempo médio de estudo desses grupos no âmbito urbano e rural. Destacamos também a evolução da taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental e Médio (RN). Trata-se de um estudo bibliográfico, no qual evidenciamos que as desigualdades do sistema educacional norterio-grandense se manifestam de maneira mais intensa em áreas rurais.

**Palavras-chave:** estado brasileiro; reformas educacionais; educação no meio rural; desigualdades.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a configuração que o ensino rural vem assumindo na sociedade contemporânea brasileira, especialmente no estado do Rio Grande do Norte (RN), considerando as mudanças ocorridas no processo de expansão do Estado Brasileiro, o qual tem convivido com uma burocracia dual, caracterizada ora pela meritocracia e ora pelo clientelismo.

Para efeito desse estudo, também realizamos uma análise a partir dos dados estatísticos referentes à educação escolar das pessoas que se encontram em dois grupos etários: 10 anos ou mais idade e 15 anos ou mais idade (Brasil, Grandes Regiões e RN), destacando o tempo médio de estudo desses grupos, no âmbito urbano e rural, em 2008, bem como a evolução da taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, no RN (1999-2006). Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo por base dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP).

Quanto à sua estrutura, o trabalho aborda inicialmente as mudanças na organização e estruturação do Estado Brasileiro. Em seguida, situa as reformas educacionais da década de 1990 e suas implicações para a educação no campo, usando como referência para a reflexão alguns dados relativos à média de anos de estudo da população urbana e campesina, como

também as taxas de distorção idade-série dessas populações, evidenciando, ainda que de maneira incipiente, as desigualdades e deficiências do sistema educacional norte-rio-grandense, manifestadas de maneira mais acentuada em áreas rurais, o que traz novos desafios para a elaboração das políticas públicas educacionais para o meio rural.

## **O contexto**

Ao analisarmos o período que compreende as últimas décadas do século XX, observamos diversas e bruscas mudanças no mundo do trabalho, nos hábitos de consumo, na configuração da conjuntura geopolítica internacional, enfim, na maneira de pensar e de se organizar a vida das pessoas, com importantes repercussões no cenário social brasileiro.

No que se refere à conjuntura dos Estados latino-americanos, percebemos que, apesar de haverem emergido novas estruturas de dominação política e de configuração do aparelho estatal na contemporaneidade, a base de sustentação dessas estruturas tem origens mais distantes. Isso por que, conforme O'Donnell (1976, p. 100),

O problema do estado latinoamericano contemporâneo, das novas estruturas de dominação política, [...] está sendo repensado por eventos e tendências que começaram a ser visíveis no Brasil a partir de 1964. [...] Essas tendências se manifestam no terreno comum do autoritarismo, da rigidez social, da desigualdade, da dependência e de crises econômicas. Mas, por distintos caminhos, vários países da região têm experimentado a recente emergência de sistemas de dominação muito mais expansivos, globais e burocratizados que os anteriormente conhecidos na América Latina. [...] O estado latinoamericano tende hoje a ser mais “moderno”, mas no estrito sentido de pretender [...] abarcar autoritariamente numerosos elementos e relações anteriormente reservados pela sociedade civil.

Marcadamente conservador, o processo de modernização institucional e de acumulação do capital no Estado Brasileiro é marcado por várias tentativas de substituição da lógica da troca generalizada pela troca específica, o que só foi possível mediante a intervenção estatal e o insulamento burocrático. Entendemos esse último como a constituição de ilhas de racionalidade e de especialização técnica, que atuam na máquina estatal como um mecanismo para coibir e até mesmo banir a interferência do público na administração pública. Na linguagem da teoria organizacional contemporânea,

O insulamento burocrático é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. [...] O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel. Esta redução da arena é efetivada pela retirada de organizações cruciais do conjunto da burocracia tradicional e do escopo político governado pelo Congresso e pelos partidos políticos, resguardando estas organizações contra as tradicionais demandas burocráticas ou redistributivas (NUNES, 1997, p. 34).

Tanto o insulamento burocrático quanto o universalismo de procedimentos – caracterizado por normas de impersonalismo e pela garantia de direitos iguais perante a lei – foram

por repetidas vezes utilizados, no processo constituição da burocracia estatal, como uma maneira de coibir ou de minimizar as práticas clientelistas, típicas da República Velha, do coronelismo, da política do “café-com-leite”, enfim do Brasil arcaico. Todavia, tais mecanismos não puderam eliminar totalmente o clientelismo<sup>1</sup> do aparelho do Estado Brasileiro moderno, uma vez que não conseguiram atingir as razões através das quais essas práticas políticas se estabeleceram.

As tentativas fracassadas de reforma do serviço público em direção a formas meritocráticas de seleção, durante o regime iniciado em 30, implicaram a adoção de uma estratégia alternativa: a criação de “ilhas” de eficiência administrativa fora da burocracia tradicional em algumas empresas públicas e em alguns grupos executivos. Assim é que se convive no Brasil, desde então, com uma “burocracia dual”, regida por duas formas distintas de seleção: o mérito e o favoritismo político (ARRETCHE, 1996, p. 53).

Assim, percebemos que as inovações no Estado Brasileiro que se seguiram a partir de 1930 tiveram como base a convivência entre práticas clientelísticas e meritocráticas de seleção para o serviço público, com importantes repercussões para o contexto mais recente.

No que concerne às inovações emergentes nas últimas três décadas, podemos destacar pelo menos três níveis em que elas podem ser percebidas: o político-institucional; o da sociabilidade implicada nas políticas sociais; e o das relações entre o Estado, o setor privado lucrativo e o setor privado não-lucrativo (DRAIBE, 1989).

No primeiro nível, a tendência de maior relevância é a descentralização político-administrativa<sup>2</sup>, manifestada de duas formas: o municipalismo e o localismo, isto é, o deslocamento de recursos e/ou competências e/ou poder decisório dos governos centrais para os municípios e para o poder local. No entanto, descentralizar nem sempre significa o mesmo que democratizar, pois é possível, por exemplo, que sejam deslocadas apenas responsabilidades sem o devido repasse de recursos, sem a partilha do poder decisório e, portanto, sem autonomia para o gasto. Logo,

Não existe uma garantia prévia – intrínseca ao mecanismo da descentralização de que o deslocamento desses recursos implique a abolição da dominação. Deslocar recursos do “centro” para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo “centro”, mas pode permitir a dominação no interior desse subsistema (ARRETCHE, 1996, p. 48).

É certo que, no plano político-institucional, a descentralização se constitui em um divisor de águas para o reordenamento das políticas sociais nas três últimas décadas. Todavia, é preciso ressaltar que a estratégia de expansão do Estado Brasileiro foi a centralização financeira e política (e não a descentralização), a qual contraditoriamente implicou no fortalecimento institucional e administrativo dos níveis municipal e estadual. Apesar de que:

Existe, sim, sob o impulso da consolidação democrática e da crise das capacidades estatais do governo, uma conflitiva barganha em torno da descentralização fiscal, processo este que tem como um de seus desdobramentos a descentralização da despesa pública e o fortalecimento institucional dos níveis subnacionais (ARRETCHE, 1997, p. 55).

No nível da sociabilidade das políticas sociais, identificamos como principal incremento a elevação do grau de participação popular nos diferentes níveis do ciclo da política pública<sup>3 4</sup>. A criação dos conselhos comunitários é o espaço instituído legalmente para essa participação ocorra, embora saibamos que a sua qualidade em muitos casos ainda é prejudicada pelas relações clientelistas tecidas nesses espaços.

No terceiro plano de mudanças, ou seja, no campo das relações de equilíbrio entre o estado, o setor privado lucrativo (mercado) e o setor privado não-lucrativo (Organizações Não-Governamentais – ONGs), percebemos diversas alterações nos modos de produzir e distribuir os bens e serviços sociais (DRAIBE, 1989). Uma primeira diz respeito à crescente participação dos próprios beneficiários e de associações voluntárias nas políticas sociais, criando novas formas de sociabilidade e reordenando as relações entre o Estado, a sociedade e a economia.

Outra alteração gradual, mas igualmente importante, é aquela que se refere ao modo como o Estado tem atuado nas políticas sociais. Os auxílios em dinheiro aos próprios beneficiários, os vale-transportes, os tickets-refeição, os cupons do leite e as subvenções a associações filantrópicas prestadoras de serviços sociais são exemplos de como a intervenção estatal tem sido reconfigurada, seja para conferir mais liberdade aos usuários, seja pelo intuito de desburocratizar as políticas ou mesmo por razões econômicas.

Uma terceira modificação de extrema relevância é o crescimento dos programas assistenciais do governo (sem base contributiva). Exemplos desses programas são aqueles que têm por finalidade distribuir bens naturais à população pobre, os quais estão presentes em praticamente todas as áreas das políticas sociais.

Também é importante salientar que, a partir do ano de 1970, o capitalismo mundial entra em uma crise de acumulação caracterizada por baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, sendo necessária a adoção de medidas estratégicas para a recuperação do sistema capitalista. Todavia, a crise que se instala nesse momento não pode ser compreendida se considerarmos apenas o seu aspecto financeiro, que se expressou principalmente através do desequilíbrio fiscal, da desordem das contas públicas e da instabilidade monetária. Embora se trate de um aspecto relevante, é indispensável considerarmos os fatores internos e externos que corroboraram para o cenário de crise em cada contexto específico.

No caso do Brasil, sobretudo a partir do início dos anos de 1980, é essencial atentarmos para o desgaste da matriz político-institucional que sustentou o funcionamento e a organização do Estado Desenvolvimentista e o processo de industrialização por substituição de importações, uma vez que

[...] tal desgaste atingiria as formas prevalentes de articulação Estado-sociedade, a dinâmica das relações capital-trabalho, o padrão de administração do conflito distributivo e, sobretudo, a modalidade de relacionamento entre os setores público e privado (DINIZ, 1997, p. 20).

Além disso, é de fundamental importância observar a combinação do esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico vigente – de seus aparatos ideológicos e da maneira

como Estado implementou suas políticas nesse contexto – com a queda do regime autoritário, levando o país a um quadro de reestruturação de sua ordem política. Assim, além do desafio de estabilizar sua economia e inseri-la no cenário internacional com maior representatividade, o Estado Brasileiro teve também de responder à demanda social de institucionalização da democracia nos diversos setores da vida institucional pública.

Essa série de mudanças que caracteriza o processo de Reforma do Estado Brasileiro, somadas ao processo de reconfiguração da base produtiva e dos marcos regulatórios repercutiram de maneira significativa em todos os campos sociais, especialmente na educação, parte importante para a organização do sistema social e de sua reprodução.

### **O cenário das reformas educacionais e suas implicações para a educação no campo: alguns dados para reflexão a partir do RN**

As mudanças ocorridas na organização do capitalismo são acompanhadas de alterações substantivas na função do Estado. Nesse contexto, o Estado se vê obrigado a cumprir, além do papel clássico de garantir a propriedade, os contratos sociais e os direitos sociais, o papel de promotor da competitividade (BRESSER PEREIRA, 1998). O modelo de Estado amplo, responsável pelo atendimento das demandas e do Bem-Estar social, passa a ser visto como ineficiente e ineficaz, cujos críticos e defensores do neoliberalismo<sup>5</sup> passam a defender a tese de Estado mínimo, sobretudo, em sua atuação nas áreas sociais e nas políticas públicas, tais como educação, saúde e previdência públicas.

Neste contexto de difusão das diretrizes neoliberais, ganha destaque a orientação dos organismos multilaterais, dentre eles o FMI, o BIRD e o BID, na elaboração das políticas educacionais, disseminando a idéia de educação como um bem público não-estatal, isto é, como um serviço que pode ser prestado tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada. Esse processo de desresponsabilização do Estado no provimento das demandas educacionais, que induz à co-responsabilização o setor privado e a sociedade civil, configura uma nova estratégia através da qual é introduzida e acentuada a lógica da privatização na promoção e na gestão do espaço público. Essa estratégia se situa no nível das mudanças nas relações entre o Estado, o setor privado lucrativo e o setor privado não-lucrativo (DRAIBE, 1989).

Nesse sentido, tornou-se um imperativo o redimensionamento da educação, ocasionando um processo de reformas educacionais, as quais foram impulsionadas com base na racionalidade financeira e no corte dos gastos públicos com os serviços educacionais. (CASTRO, 2004). Nesse cenário, a educação adquiriu uma centralidade renovada. Dela se espera que prepare as novas gerações para o trabalho no marco de economias modernas e competitivas e que promova a equidade e a mobilidade social. Além, disso dela se espera que a formação esteja voltada para uma participação cidadã e de integração à vida nacional (GAJARDO, 1999).

Outro fator importante para a compreensão das reformas operadas no âmbito educacional é a reconfiguração das relações trabalhistas na contemporaneidade, em decorrência da volatilidade dos mercados de trabalho, do aumento da competição, do enfraquecimento do

poder sindical e da grande quantidade de trabalhadores desempregados – o que tem repercutido de maneira direta no setor social e, especialmente, educacional. Nesse sentido, a reestruturação da produção passou a exigir do trabalhador o aumento do patamar mínimo de escolarização para a execução do trabalho simples e complexo, o que trouxe novas exigências para a sua qualificação (NEVES e FERNANDES, 2002).

Na maioria dos países subdesenvolvidos e, especialmente, em áreas rurais, essa questão se apresenta de forma mais complexa. No caso brasileiro, o alto grau de desemprego e subemprego em áreas urbanas e rurais é reflexo dessa reestruturação e da falta de políticas educacionais para suprir a carência de capacitação dos trabalhadores. No que concerne ao meio rural, a utilização de técnicas arcaicas de cultivo, aliada ao descaso do poder público na garantia do direito à educação para essa camada da população, é responsável pelo crescimento de um grande contingente de pessoas analfabetas e, conseqüentemente, pela sua inserção desigual no mercado de trabalho. Os impactos inerentes à relação entre educação e trabalho no campo refletem-se diretamente nas condições de vida – moradia, transporte, alimentação, educação, etc. – das populações campesinas, evidenciando uma enorme desvantagem em relação às populações citadinas.

Na área educacional, essa desvantagem pode ser observada através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008), realizada pelo IBGE, referentes à média de anos de estudo da população pesquisada. Considerando esse indicador (Tabela 1), a média nacional no grupo das pessoas de 10 anos ou mais idade equivale a 7,5 anos de estudo no perímetro urbano, o que representa uma diferença de 3 anos a mais, se comparada ao perímetro rural (4,5 anos). No grupo daqueles que possuem 15 anos ou mais idade, os indicadores nacionais são praticamente idênticos: 7,9 anos de estudo no meio urbano e 4,6, no meio rural, ficando evidente a necessidade da elaboração de ações efetivas para a diminuição dessa desigualdade.

**Tabela 1 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais idade e de 15 anos ou mais idade, por situação do domicílio - Brasil, Grandes Regiões e Rio Grande do Norte - 2008**

Região	Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais idade por situação do domicílio					
	10 anos ou mais			15 anos ou mais		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Brasil	7,1	7,5	<b>4,5</b>	7,4	7,9	<b>4,6</b>
Norte	6,5	7,1	<b>4,6</b>	7,0	7,6	<b>4,8</b>
Nordeste	5,9	6,7	<b>3,7</b>	6,2	7,1	<b>3,8</b>
Sudeste	7,7	7,9	<b>5,3</b>	8,1	8,3	<b>5,4</b>
Sul	7,5	7,9	<b>5,6</b>	7,8	8,3	<b>5,7</b>
Centro-Oeste	7,3	7,6	<b>5,0</b>	7,7	8,1	<b>5,2</b>
RN	6,1	6,8	<b>4,3</b>	6,4	7,1	<b>4,5</b>

Fonte: IBGE/PNAD, 2008.

As variações regionais, à semelhança dos dados já analisados, também podem ser observadas nessa categoria (Tabela 1): a região Norte e a Nordeste (NE), esta de maneira mais acentuada, apresentam a menor média de anos de estudos do país: 6,5 e 5,9 anos de estudo para a população de 10 anos ou mais idade, e 7,0 e 6,2, para as pessoas com 15 anos ou mais, respectivamente. Quando levada em consideração a situação do domicílio, na região NE, as disparidades urbano-rural são mais marcantes: o número de anos de estudo indica que os povos residentes em áreas rurais, na faixa etária igual ou acima dos 10 anos, possuem 3 anos de estudo a menos (3,7 anos) que as pessoas que vivem no espaço citadino (6,7 anos); esse indicador para população com 15 anos ou mais idade corresponde a 7,1 e 3,8 anos nas zonas urbanas e rurais, respectivamente.

No Rio Grande do Norte (RN), esses dados estão dispostos de forma muito aproximada aos referentes à Região NE: 6,8 e 4,3 anos de estudo, para os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos e 7,1 e 4,5 anos para aqueles com idade igual ou superior a 15 anos, no perímetro urbano e rural, respectivamente (Tabela 1). A taxa de distorção idade-série, que revela o nível do desempenho escolar e a capacidade do sistema educacional de manter a frequência do aluno em sala de aula, nos dá outra medida de análise da situação da educação básica na zona rural norterriograndense. Se a falta de sincronismo idade-série é um problema ainda a ser superado nas escolas urbanas, isso se agrava nas escolas rurais.

O problema se manifesta no estado desde as séries iniciais do ensino fundamental, apresentando uma acentuada distorção idade-série, o que corresponde a aproximadamente 35% de alunos do estado com idade superior a adequada no ano de 2006 (Tabela 2). É importante ressaltar que durante o período que compreende os anos de 1999 a 2006, nessa categoria, não há flutuações crescentes. Isto é, a taxa de distorção idade-série cai constantemente, diminuindo quase que 20 pontos percentuais no período supracitado.

**Tabela 2 – Evolução da taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por localização do domicílio - Rio Grande do Norte (1999-2006)**

Ano	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Total (%)	Urbana (%)	Rural (%)	Total (%)	Urbana (%)	Rural (%)
1999	53,8	52,0	60,0	68,4	68,4	65,3
2000	51,0	49,6	56,0	68,8	68,8	76,6
2001	47,4	45,9	52,4	68,8	68,8	68,8
2002	43,5	42,0	48,5	64,8	64,6	73,2
2003	40,7	39,5	44,9	63,0	62,9	74,5
2004	39,0	38,0	42,4	63,0	62,9	70,9
2005	38,0	36,9	42,0	61,0	61,0	65,6
2006	35,2	33,8	40,9	59,2	59,2	64,5

Fonte: MEC/INEP – Recurso EDUDATABRASIL

Em 2006, a diferença dessa taxa entre as camadas rurais (40,9 %) e urbanas (33,8 %) equivale a 7,1 pontos percentuais (Tabela 2) – o que se pode inferir a baixa qualidade do

ensino fundamental público ofertado tanto nas cidades quanto no campo, mas que, nesse último, reflete-se de forma mais acentuada. Nessa mesma categoria, o ensino médio apresenta números ainda mais preocupantes, que correspondem a 64,5% dos alunos da área rural em 2006 (Tabela 2), quase o dobro desse indicador no ensino fundamental no mesmo ano. Também é interessante perceber que na zona urbana, nesse nível de ensino, a taxa cai constantemente, com pequenas variações, chegando a diminuir quase que 10 pontos percentuais ao final do período analisado.

Apesar de ser considerada pequena a redução do indicador ao longo dos oito anos (1999-2006) no meio urbano, no meio rural a situação ainda é mais alarmante: nos anos 2000 e no período de 2002 a 2004 passa dos 70% o número de estudantes no ensino médio que apresentam distorção idade-série (Tabela 2). Outro fator relevante concerne ao fato de que os índices no início e no final da série histórica analisada permanecem praticamente inalterados – 65,3 em 1999 e 64,5 em 2006 – o que demonstra a ausência de atenção e de investimentos no setor por parte do poder público.

No que tange ao desenho das políticas educacionais brasileiras, esse indicador referente ao ensino médio, tanto na zona urbana quanto na rural, aponta para a tendência de focalização dos recursos públicos destinados à educação – reflexo da implantação do receituário neoliberal para as áreas sociais desde a década de 1980 e, com mais intensidade, na década de 1990. Essa tendência se revela na medida em que a maior parte dos investimentos é direcionada ao ensino nos anos iniciais da educação básica, quase que em detrimento dos demais níveis.

Nesse particular, é importante frisar que os índices referentes aos anos de estudo e à taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental e Médio) dos cidadãos camponeses dão mostra das dificuldades de acesso, permanência e qualidade da educação, vivenciadas por esses sujeitos. Nesse sentido, é importante considerar que:

*A educação do campo tem se desenvolvido em muitos lugares através de programas, de práticas comunitárias, de experiências pontuais. Não se trata de desvalorizar ou de ser contra estas iniciativas porque elas têm sido uma das marcas de nossa resistência (resistência dos movimentos sociais do campo). Mas é preciso ter clareza de que isto não basta. A nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação. (CALDART, 2002, p. 26).*

Dessa forma, urge a necessidade da elaboração de políticas públicas efetivas para a garantia não apenas do acesso, mas também da permanência e em condições que garantam a qualidade da educação ofertada a todos os cidadãos brasileiros, quer sejam moradores do campo ou das urbes, independente de sua condição étnica ou de classe social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações ocorridas no processo de expansão do Estado Brasileiro desencadeadas por diversos processos – entre eles a reconfiguração do capitalismo, o esgotamento da base de sustentação administrativa e ideológica do desenvolvimentismo, o incremento das novas tecnologias e a adoção das diretrizes neoliberais para a elaboração das políticas públicas –

levam à criação de novas estratégias de atuação desse Estado, o qual passa a se organizar com base na racionalidade de suas ações, adotando princípios administrativos e critérios de seleção ora firmados no clientelismo ora na meritocracia.

Todo esse emaranhado de relações e mudanças tem gerado novas demandas para o setor educacional, o qual também passa por uma série de reformas, as quais têm priorizado os motivos financeiros e a racionalidade dos recursos públicos. No que concerne à relação educação-trabalho, pode-se perceber o conseqüente processo de desapropriação dos direitos sociais dos cidadãos, entre eles o direito a um ensino público e de qualidade. Entre os desapropriados de seus direitos estão as camadas mais pobres da população brasileira (que correspondem a uma grande parcela de sua população) e, nesse quadro, se inserem aqueles que habitam em áreas rurais.

No Brasil e, especialmente, no RN, os dados disponibilizados pelo IBGE e INEP, referentes à média de anos de estudos e às taxas de distorção idade-série, dão mostra de que as desigualdades e deficiências do sistema educacional se manifestam de maneira mais acentuada em áreas rurais, trazendo novos desafios para a elaboração das políticas públicas educacionais para esse setor.

## NOTAS

- 1 O clientelismo caracteriza-se por um conjunto de redes personalistas de concessão de privilégios e de troca de favores, que envolvem desde os partidos políticos até as burocracias. Os privilégios vão desde a criação de empregos, nomeação de chefias, até ao favorecimento para o acesso aos centros de poder. (NUNES, 1997).
- 2 Descentralizar é deslocar recursos e/ou competências e/ou poder decisório do governo central e colocá-los em outras entidades específicas (os entes descentralizados). (ARRETCHE, 1997).
- 3 Política pública é “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2007, p. 69).
- 4 O ciclo da política pública é composto pelos seguintes estágios: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2007).
- 5 As idéias neoliberais nascem após a Segunda Guerra Mundial na Europa Ocidental e na América do Norte, traduzindo uma severa crítica ao intervencionismo estatal e ao Estado de Bem-Estar Social (Welfare State). Milton Friedman, Hayek, Walter Lippman, Salvador de Madariaga, Michael Polanyi, Karl Popper estão entre os principais autores dessa corrente teórica. Mas o neoliberalismo só ganha força em 1974, com a crise do modelo econômico do Pós-Guerra (ANDERSON, 2002).

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **História e lições do neoliberalismo**. In: HOUTART, F.; POLET, F. (Coord.). **O Outro Davos: mundialização de resistências e lutas**. Trad. Mariclara Oliveira. São Paulo: Cortez, 2002, p. 16-29.
- ARRETCHE, Marta T. S. **Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 31, p. 44-66, jun. 1996.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do estado dos anos de 90: lógica e mecanismos de controle**. Lua Nova, nº 45, São Paulo, 1998.
- CALDART, Roseli. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**.

In. KOLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo, CALDART, Roseli S. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002 (Coleção Por Uma Educação do Campo. n.4).

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Política de educação à distância**: uma estratégia de formação continuada de professores. Natal, EDUFRN, 2004.

DINIZ, Eli. **Governabilidade, democracia e reforma do Estado**: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio (Orgs.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Editora UnB, 1997.

DRAIBE, Sônia Miriam. **O “Welfare State” no Brasil**: características e perspectivas. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS, 1989.

GAJARDO, Marcela. **Reformas Educativas em América Latina**: balance de uma década. Chile: PREAL, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política Neoliberal e Educação Superior. IN: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O Empresariamento da Educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos de 1990. São Paulo: Xamã, 2002, p. 21-40.

NUNES, Edson de Oliveira. **Gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

O’Donnell, G., OSZLAK, O. **Estado y políticas estatales em America Latina**: hacia una estratégia de investigación. Documento CEDES/G.E. CLACSO/N. 4, 1976.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta, MARQUES, Eduardo. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.